

*Discurso proferido por ocasião da cerimônia  
de assinatura de atos com vistas ao  
Estabelecimento de Políticas de Investimentos  
e Capacitação beneficiando a Indústria do  
Setor de Telecomunicações*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 8 DE ABRIL DE 1997**

*Senhor Ministro Sérgio Motta; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhor Presidente do BNDES, Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros; Senhor Deputado Nelson Marchezelli; Senhoras e Senhores,*

Depois da exposição do Ministro das Comunicações, creio que pouco há a acrescentar no que diz respeito, especificamente, ao âmbito das transformações que estão ocorrendo na área das comunicações.

Eu tive já a oportunidade, recentemente, de me dirigir a muitos dos senhores que aqui se encontram mais uma vez e de felicitá-los, não apenas ao Ministro mas ao conjunto dos que trabalham no Ministério das Comunicações pelo esforço que têm feito para que nós possamos, realmente, provocar uma transformação profunda, um marco regulatório em todos os aspectos que dizem respeito à questão da lei geral de telefonia, e no encaminhamento do processo de privatização, mormente agora no caso da banda B. A entrega das propostas foi completada no dia de ontem.

Eu renovo esses cumprimentos e, agora, vê-se que nós estamos dando um passo a mais, porque esse passo a mais implica apenas a renova-

ção do marco regulatório na renovação dos procedimentos pelos quais nos pautamos no nosso Governo: as orientações gerais no sistema de comunicações. O Ministro Motta sublinhou o que é importante. Nós estamos numa linha de universalização do acesso, numa linha de aumento da competitividade, numa linha, portanto, que implica que as reservas anteriormente existentes desaparecem tendo em vista o benefício do consumidor e o interesse geral do país, da Nação. Além disso, nós estamos, agora, começando a definir, e não é só neste âmbito, o que na área do Ministério da Fazenda se costumou chamar de um programa de investimento e competitividade.

Isso é muito importante e é por isso que estamos aqui com todos esses ministros tão poderosos, reunidos hoje, para sancionar diretrizes nessa direção. Nós estamos começando a redefinir – em função já dos avanços ocorridos no Brasil no aspecto legal e sempre com a aprovação do Congresso e com as correções que o Congresso introduz em todas as nossas propostas – políticas para permitir a nova etapa de desenvolvimento do Brasil quando temos que, crescentemente, nos inserir no processo produtivo internacional, garantindo obviamente aquilo que diz respeito aos nossos interesses, uma inserção, o quanto possível, soberana nesse processo, ou seja, que definimos as regras pelas quais estamos participando, crescentemente, desse processo de globalização e que, portanto, em vez de simplesmente nos encolhermos enquanto há poder público, na área de investimento, pelo contrário, nós estamos também nesta área estimulando, dando os sinais para que o mercado possa, de uma maneira adequada, corresponder aos anseios da sociedade.

Seria uma visão extremamente acanhada a de imaginar que nessa nova etapa o poder público não teria mais nada a fazer, pois se concentra, apenas, e já seria muito, nas áreas de interesse social mais direto. Não. O novo desafio é de uma reformulação das políticas e do próprio aparelho de Estado para que ele possa, dentro de marcos regulatórios novos, manter uma atividade de sinalização para que o mercado, diante dessas sinalizações, atue de forma mais conseqüente com o que é o interesse nacional, tal como é definido pelo poder político, na medida

em que o poder político expressa, também, a vontade legítima do povo que dá o seu “aprovo” às propostas feitas em campanha.

Nós estamos, por conseqüência, nos reorganizando como aparelho de governo para que possamos, nessa nova etapa, estabelecer um outro patamar de interação com o setor privado, com as empresas que vão participar desse processo e, evidentemente, com a preocupação permanente de que haja interesse da população como centro, como fulcro das nossas atividades, tanto empresariais como governamentais, e esse interesse tem que ser aferido por mecanismos cada vez mais abertos de participação dos mais amplos setores da sociedade na definição dessas novas políticas, portanto dentro de um marco democrático.

Esse marco novo, democrático, participativo requer, por sua vez, que haja uma modificação profunda nas práticas tradicionais do Estado brasileiro. É um processo muito amplo, muito complexo, que agora está se vendo aqui, hoje, ressaltado num ângulo específico que é o ângulo das comunicações. Mas é o mesmo esforço que é feito em todos os âmbitos do Governo: na área da educação, na área da saúde, na área da infra-estrutura em geral e, portanto, na parte de energia, no esforço que o Congresso está fazendo agora com a lei relativa ao petróleo.

É uma transformação imensa que está ocorrendo no Brasil. Transformação que ou ocorre, ou então aí, sim, o Brasil ficaria submetido às conseqüências da globalização só passivamente e, portanto, sem poder aproveitar-se do que se abre como oportunidade positiva e sem poder defender-se das conseqüências negativas desse novo modo de organização da produção mundial porque ele, como é natural em qualquer um desses modos de organização, tem aspectos positivos e negativos. Para fazer frente aos dois, é preciso que haja um aparelho de governo e uma capacidade política ativa, para que possamos nos beneficiar ao máximo dos aspectos positivos e restringir aqueles que são menos positivos ou podem vir a ser daninhos para o País.

Entre esses, existem alguns que são óbvios. Por exemplo, a reestruturação industrial leva a uma transformação no sistema de empregos e pode, eventualmente, perder dinamismo quanto à absorção de mão-de-obra, sobretudo da não-qualificada. Portanto, o Governo tem que

atuar fortemente para qualificar mais, para aumentar a educação, para ampliar à população brasileira o acesso à educação, para fazer treinamentos específicos, como tem feito o Ministério do Trabalho, utilizando, inclusive, recursos do FAT, que são recursos dos próprios trabalhadores, para que possamos reposicionar a nossa força de trabalho.

E, nessa direção, ainda ontem, em São Paulo, ou anteontem, também, em seminários internacionais que abri, lá, em São Paulo, eu chamava a atenção para o fato de que essa modificação é muito profunda, requer, no âmbito específico da questão do emprego, que o Governo retreine mão-de-obra e requer, também, que mudemos a nossa mentalidade, porque a mobilidade existente, hoje, na capital é muito maior do que jamais se imaginou. E o mesmo não ocorre na mão-de-obra, sobretudo num país como o nosso, onde a limitação regional, local é muito forte e a migração de mão-de-obra competente ainda é restrita. E o futuro será um futuro de muito maior mobilidade da mão-de-obra, *lato sensu*, de técnicos, de engenheiros, de professores e de trabalhadores. E isso significa que nós devemos preparar, na educação, as pessoas, de tal maneira que elas ampliem seus horizontes e que possam, ao invés de ficar encurraladas por uma formação muito específica, ter um âmbito, um espectro muito mais amplo de escolhas para que possam se equacionar ou se readaptar, rapidamente, às mudanças que ocorrem.

Dei apenas esse exemplo, da necessidade de uma ação governamental, em cooperação com a sociedade, para que se veja o quanto de transformação está ocorrendo e precisa ocorrer no Brasil.

Disse o Ministro Sérgio Motta que, no caso das comunicações, isso é uma condição até mesmo para a democratização. E isso é verdadeiro, porque a questão da informação, nessa sociedade absolutamente dinâmica que está sendo criada, é vital. A informação de cada um é vital. E a possibilidade de escolha das informações também é vital. E, se nós não revolucionarmos esse sistema de comunicações, assegurando competição e um acesso mais democrático, não só aos que oferecem os meios de comunicação à população, como da escolha da população para saber como se informar melhor, estaremos limitando a possibilidade da reorganização até mesmo das mentalidades, para que façamos face aos de-

safios desse mundo contemporâneo. Mundo este que se caracteriza, se me permitem um pouco de “sociologuês”, como fiz, ontem, em São Paulo, pelo fato de que a revolução nas comunicações transformou alguns conceitos básicos da compreensão da vida em sociedade. Classicamente – repito o que disse ontem –, os sociólogos faziam uma oposição entre situações de comunidade e situações que se chamavam societárias ou de sociedade. Nas situações de comunidade as pessoas têm acesso direto, uns aos outros, vivem uma experiência comum, por isso, desenvolvem laços de solidariedade fortes. Na situação societária, as relações são mais indiretas. São sociedades complexas, onde as relações são contratuais e muito menos de experiência em comum.

Pois bem, o mundo das comunicações transformou a possibilidade das experiências em comum, mesmo em situações societárias. Nós vivemos o impacto de tudo que ocorre no mundo – e com que violência, muitas vezes! –, porque a violência entra pela televisão, diretamente, nas nossas casas. Nós temos a informação simultânea. De alguma maneira, o que se falava em termos, no passado, de uma aldeia global, que é o planeta, está se transformando numa comunidade global, no sentido de que se pode vivenciar tudo, ao mesmo tempo, a despeito da separação geográfica e das diferenças sociais.

Isso muda tudo, no sentido de que as formas de cooperação, as formas de solidariedade e, até mesmo, valores éticos, passam a ser dessa natureza. Pessoas que nunca foram pobres nem miseráveis, sentem, diretamente, o impacto da miséria e da pobreza. Pessoas que nunca sofreram, de perto, a violência, se assustam com a violência, quando ela é projetada na televisão.

Isso faz com que nós tenhamos que ampliar as nossas ações. E o Governo tem que estar aberto a isso. Nada disso será feito, se não houver, competentemente, uma ação que leve as políticas governamentais a preparar o País para esse novo mundo.

E é evidente que – saindo das áreas sociais nas quais estava incursionando, rapidamente, e voltando ao tema mais econômico – o desafio que nós temos, agora, pela frente é, ao invés de nos fixarmos às velhas políticas de substituição de importações, nos prepararmos para uma

política na qual, sim, haverá um papel para o BNDES; sim, haverá um papel para os Ministérios específicos; sim, haverá um papel para os grupos empresariais, que discutem, em nível corporativo mesmo, muitas vezes, num diálogo com o Governo. Mas esse papel não pode ser, simplesmente, de pedir: “Proteja-me.” A proteção verdadeira, hoje, é: “Informe-me e sinalize qual é o futuro, para que eu possa me organizar para enfrentar esse futuro e para que eu possa competir, em condições semelhantes àquelas dos que estão do outro lado das barreiras nacionais.”

Daí, a importância da formação de uma política de financiamento que tome em consideração a taxa de juros internacional; daí, a importância de uma sinalização adequada na política tarifária, que não vai poder ser a volta ao passado, de fechar e dar uma reserva de mercado. Tem que ser, ao contrário, um estímulo específico para, num certo período, realmente, reorganizarmo-nos, não para termos um mercado fechado, aqui, mas para competirmos com o mercado lá fora, e para que aqueles que vêm competir no nosso mercado encontrem competidores aqui dentro.

A competição não é mais apenas a competição lá fora, no mercado internacional. Ela é, também, a competição aqui dentro. Não se vai aumentar a capacidade de que o consumidor brasileiro utilize os produtos feitos no Brasil, simplesmente porque se vai aumentar tarifa. Vai-se aumentar – e se deseja que ela aumente – porque o produto será de qualidade igual ou melhor à do produto importado. Só assim a importação diminui, sem prejudicar o consumidor, na medida em que ele tem uma opção boa, através da produção que aqui se faz.

É com esse novo espírito, incorporando, portanto, uma visão contemporânea de qual seja a tarefa do Estado, uma visão contemporânea de quais sejam os desafios da nossa economia, no atual momento da vida internacional, que nós estamos reorganizando, praticamente, todos os setores da vida brasileira. E, aqui, especificamente, os atos assinados dão curso a essa mesma visão, no caso específico da área de comunicações.

Daqui por diante, só precisa de uma coisa: mais trabalho. Mais trabalho de todos nós, dos empresários, do Governo. Mais capacidade de con-

vergência, desde que tenhamos claros quais são os propósitos. E mais capacidade, também, de que tenhamos sempre presente a defesa estrita do interesse da população do país, do povo do país e o interesse nacional, posto nesse amplo espectro do desafio do mundo contemporâneo.

Como nós temos, aqui, os empresários, os funcionários, os trabalhadores e no governo, tirante o Presidente, gente competente, preparada para isso, o Presidente pode ficar tranqüilo que as coisas vão marchar bem.

Muito obrigado.

